

Tragédia brasileira: risco para a Casa Comum?

Romi Bencke

Breve memória da tragédia brasileira

Iniciemos a memória do que ouvimos da convidada Rosane Borges. Ela nos provoca: “pessoas subalternizadas vivem a continuação de um **passado que não passa**”. Que passado é este que se torna presente ao longo de séculos de história? Durante o seminário este “passado-presente” foi sendo delineado pelas reflexões de Rosane Borges, Benilda Brito, Ailton Krenak e Nara Baré.

Um passado colonialista, administrado, na maior parte do tempo, por bandoleiros, como lembrou Ailton Krenak. Este passado-presente sempre teve lugar para a homogeneidade e se caracteriza por políticas de Estado que viabilizam o mínimo para que subalternizados **deixem de morrer** e quase nada de comprometimento com políticas que viabilizem a criação de **formas de viver**.

Outro aspecto do passado-presente ou do passado que não passa é a priorização de normas para a partilha do comum. Estas normas, com a atual crise do capitalismo, chegaram ao limite. Para estas normas continuarem a política do deixar de morrer talvez sejam insuficientes. É, cada vez mais, necessário políticas que matem e exterminem. É o que se tem visto na pandemia da Covid-19, na prática de extermínio dos povos originários, do povo negro, das mulheres pobres.

A tragédia brasileira é reflexo de um passado-presente de nós mesmos. É o nosso espelho que reflete a imagem real do que somos. Como disse Benilda Brito, “**nós, povo preto, denunciemos esta tragédia desde que a primeira pessoa preta escravizada chegou aqui**”. A tragédia brasileira é reflexo do que Ailton Krenak caracterizou de Palestina: uma tribo que perdeu e se confinou ou foi confinada em um território que recebeu o nome Palestina. É o pedaço de chão que sobrou para deixar de morrer, mas que agora, é necessário tirar para que o capitalismo sobreviva.

Há existências que não podem continuar para que o capitalismo siga. As Palestinas são estas resistências e o passado incomodo que é presente. Quantas Palestinas há no Brasil?

Este passado-presente tem um alicerce teológico-político que foi definido por Ailton Krenak. Este alicerce é o que fundamenta a desigualdade, a política do extermínio, a hegemonia de um deus e a subalternização de sagrados junto com seus povos. Quantos sagrados este “um Deus” eliminou neste quase continente chamado Brasil?

Junto com cada sagrado silenciado foram silenciadas pessoas e povos que fazem parte deste território. Muitos destes povos nós não chegamos a conhecer. Nossa história teológica-política estrutura um país violento, racista e que não suporta a diversidade, presente nos biomas, nos povos, nas culturas.

Alianças necessárias e estratégias urgentes

Magali nos deu as chaves para entender a teologia-política que estrutura a violência. Esta teologia-política, chama-se fundamentalismos. Ela é a busca de um estado ético-religioso com o restabelecimento da lei de Deus. Os fundamentalismos têm expressões na economia, em sua expressão neoliberal e no fim da história, na cultura com o aprofundamento do nacionalismo e do ódio ao diferente. Os fundamentalismos são formas de interpretar a realidade, de agir conforme esta interpretação que é feita a partir de uma matriz religiosa. A prática teológica é vinculada à dimensão política. Tanto a interpretação quanto a ação política confluem e se condicionam mutuamente. Fundamentalismos se reinventam a partir das

demandas de cada momento histórico. A dimensão religiosa é mantida com os fundamentos da fé, baseados nas Escrituras Sagradas que apresenta um modelo de sociedade perfeita, superior a qualquer outra inventada por humanos.

A dimensão política desta teologia é a concretização da matriz religiosa à vida social, econômica e cultural. Aciona-se uma racionalidade fundamentalista que mescla os fins a serem alcançados (estado-ético-político), os valores a serem definidos e defendidos. Fundamentalistas lançam mão de princípios seculares como Direitos humanos e laicidade para justificar suas demandas.

Krenak exemplificou esta ideia quando disse: Deus criou o mundo e colocou os brancos para governarem”. Nós poderíamos seguir com a frase dele e dizer complementando: os brancos, gênero masculino, ricos capitalistas e investidores....

O Seminário provoca a revermos, como igrejas e como pessoas cristãs, alguns paradigmas centrais que podem contribuir para que respondamos a pergunta pela valoração de humano que temos e o que caracteriza nossa compreensão de humanidade.

Primeira categoria: **Pecado original** – Olav lembrou que o pecado original é tripudiar o outro. A partir desta compreensão de pecado original e da hermenêutica feminista da suspeita, perguntamos: Por que o mito do pecado original foi associado à Eva (a mulher) acessando o conhecimento do bem e do mal? Por que o pecado original não foi relacionado a Gn 4.10 quando Caim mata Abel e Deus diz: A voz do sangue do teu irmão clama da terra a mim?

Fábio Py apresenta outros elementos centrais que fazem parte do passado-presente:

1. O unguido
2. Eleição – se existe um povo eleito tem outros que foram rejeitados, aprendemos isso com as igrejas da Palestina.
3. Pessoa forte – Messias
4. Centralidade do templo
5. Deus único – deus dinheiro

Há mais que afinidades eletivas entre um cristianismo que se apresenta como hegemônico e a continuação de um passado que não passa. A teologia-política cristã é a matriz deste passado presente. Nós fizemos parte da hegemonia, ajudamos a estruturar as hegemonias e interdítamos falas de subalternizados.

Benilda Brito nos desacomoda quando diz que o passado-presente tem histórias de resistências, por isso existem os sobreviventes. “Eu me considero uma sobrevivente do racismo”. (Benilda Brito).

Sobrevivências são as heresias no passado-presente: no sentido apresentado por Silvia Federici. Para esta autora, heresias foram movimentos e forças de subalternizados que demandaram renovação espiritual e justiça social, desafiando em seus apelos a verdade superior, tanto a igreja, quanto a autoridade secular. A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada, a acumulação de riquezas e ofereceu possibilidade de concepções novas e igualitárias de sociedade. As heresias redefiniram todos os aspectos da vida cotidiana: trabalho, propriedade, reprodução sexual, situação das mulheres. Colocou a emancipação em termos verdadeiramente universais. Proporcionou estrutura comunitária alternativa, permitindo as comunidades a viverem com maior autonomia. Os movimentos heréticos criaram redes de apoio formadas por escolas e refúgios.

Para não sermos cúmplices da legalização do ilegal no Brasil, somos provocados a ser heréticos. Para que a diversidade não seja asfixiada, precisamos de heresias e assumir que vivemos uma guerra, palavras de Nara Baré.

O que fazer?

Se olharmos para a história recente de expressões do cristianismo brasileiro, identificamos que existem sinais e tentativas de autocrítica de nossa prática evangelizadora.

Poderíamos iniciar pelo resgate crítico dos 500 anos de evangelização, que foi extremamente importante, no entanto, insuficientes, porque paramos e nem sempre adotamos compromissos reais para mudarmos nossa ação evangelizadora.

As teologias da libertação, foram e são muito importantes e contribuíram para a revisão e a criação de novos paradigmas teológicos, capazes de expressar um cristianismo inserido nas realidades locais e crítico às estruturas geradoras de desigualdades. Porém, as teologias da libertação também foram insuficientes. Precisamos ir além delas, no sentido do que disse Rosane, recomeçar inventariando reflexões, sanações e práticas já elaboradas, mas indo além para podermos contribuir com novos ethos, novos paradigmas, outra ideia de vida, orientadas na partilha dos comuns e ao invés de acúmulo privado sem partilha.

Tanto os 500 anos de evangelização quanto as teologias da libertação não foram suficientes para problematizar como a partilha do comum acontece. Não romperam com a ideia de hegemonia cristã. Apesar de avanço, repetiu a lógica de estabelecer reconhecimentos diferenciados, não ouviu o subalterno, mas falou pelo subalterno. Não pensou em como configurar o comum a partir de fora da institucionalidade.

Parte dela olhou parcialmente o mundo na perspectiva de Deus, porque manteve uma perspectiva patriarcal, de controle e de hegemonizar sob o guarda-chuva "cristão libertador" os diferentes. Não promoveu a unidade na diversidade. Manteve uma teologia javista sutil, de um deus possessivo.

Assumir o ecumenismo não apenas como o diálogo entre igrejas, mas indo além, ecumenismo como diálogo entre expressões de fé diferentes. Precisamos reconhecer que quando excluímos expressemos de fé do diálogo estamos sendo hegemônicos. Precisamos superar os exclusivismos ecumênicos.

Para podermos falar de Casa Comum e de bem-viver, a partir da teologia cristã, precisamos superar a ideia de Reino de Deus, que remete a ideia de império, de estruturas hegemônicas e hierárquicas, mesmo quando fala de justiça. Por que não – bem viver? Para isso, precisamos ouvir os povos tradicionais e originários e aprender com eles, para não cairmos no risco de recolonizarmos a proposta de Casa Comum, a fim de manter nosso poder.

Outro desafio: ouvir ao invés de falar para não sermos partícipes das injustiças, porque, como disse Olav Fyske "a alma da igreja está em jogo quando a mensagem cristã usada para a injustiça".

Como vamos aquilombar a Casa Comum se não conseguirmos romper com nosso pecado original de nos considerarmos hegemônicos?

Não há como enfrentar a tragédia brasileira e os fundamentalismos sem heresias, isso significa com cooperação, comunalidade, diversidades, direitos dos povos e da natureza .e a derrubada de fronteiras.